PERSEU ARTEMUS DUARTE PINTO

Resumo: Em avaliações externas, o Brasil frequentemente figura entre as últimas colocações, inclusive entre países sul-americanos, apesar de possuir a maior economia da região e estar entre as dez maiores do mundo. Os problemas de aprendizagem remontam ao início da educação formal e persistem até hoje, revelando resultados incompatíveis com a posição econômica que o país ocupa. As cobranças por desempenho e as dificuldades em atingir metas internacionais de aprendizagem levam à realização de reformas no sistema educacional, que, no entanto, não têm resultado em melhorias significativas nos índices de aprendizagem. Como consequência, as discussões sobre educação geram polarizações e reforçam disputas ideológicas. A crença de que a educação é o caminho para a melhoria social vem sendo substituída pela ideia de que a escola deve servir ao mercado de trabalho, enquanto as forças de segurança são vistas como mecanismos de transformação social. Diante disso, conclui-se que as reformas educacionais têm sido instrumentalizadas politicamente para atender a uma lógica neoliberal voltada aos interesses das elites. Essa tendência é agravada pelos dados que relacionam baixos índices educacionais a maiores níveis de violência. Países com melhor desempenho educacional tendem a apresentar menores taxas de criminalidade. No caso brasileiro, as reformas limitam-se à reestruturação organizacional do ensino, sem os devidos investimentos estruturais. Tal cenário explica, em parte, por que o Brasil permanece com um dos sistemas educacionais mais precários do mundo, reflexo direto de um dos menores investimentos públicos em educação em relação ao PIB entre as grandes economias globais. Isso compromete não apenas a qualidade do ensino, mas o próprio desenvolvimento social e humano do país.
Palavra-chave: Ensino, educação, investimentos, violência, aprendizagem.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil sempre procurou atender a uma elite, com práticas pedagógicas autoritárias e disciplinares que tinham como função “amansar” os indivíduos, ao invés de formar pensadores críticos e cidadãos atuantes. Historicamente, a escola foi utilizada como ferramenta para legitimar governos e disseminar ideologias dominantes. Com o passar dos anos e o aumento das tensões entre o sistema educacional e a população, ocorreram reformas no sistema de ensino que, inicialmente, representavam a esperança de mudanças estruturais. No entanto, essas reformas fracassaram diante da ausência de investimentos significativos.

Houve avanços, como a ampliação do acesso à educação, mas a insatisfação das elites resultou na segmentação do sistema educacional: enquanto as escolas particulares formavam líderes, a escola pública – voltada para as massas – passou a formar trabalhadores. A população das periferias, em sua maioria, não percebe a escola como uma instituição capaz de promover ascensão social e melhoria nas condições de vida (CASTANHA, 2008).

Em busca de uma suposta “igualdade” educacional, implementou-se um currículo unificado para escolas públicas e privadas, criando a ilusão de uma disputa justa por vagas no ensino superior e no mercado de trabalho. Os alunos passaram a desejar uma escola focada em vestibulares, mas, apesar da unificação curricular, o conteúdo continua elitizado e distante da realidade da maioria. Sem os devidos investimentos, a escola pública tornou-se um espaço de ensino conteudista e de alta complexidade, excluindo, na prática, grande parte dos estudantes.

O sistema reforça a lógica neoliberal, que aliena os jovens e, diante do fracasso, transfere a culpa para a própria escola. Proliferam-se propagandas sobre investimentos em educação, principalmente no acesso ao ensino superior público, gerando falsas expectativas. Muitos jovens sonham com profissões nunca cogitadas anteriormente, mas apenas os que possuem apoio familiar e estrutura adequada conseguem avançar nesse processo. A promessa de ascensão social acaba servindo, na verdade, para a forma-

ção de mão de obra especializada voltada ao mercado.

Toda proposta de mudança que não atinge a raiz dos problemas apenas perpetua as deficiências do sistema. Isso gera descrença e reforça a percepção de que a educação tem sido usada politicamente para manter o status quo e garantir os interesses de uma elite econômica. É necessária uma reflexão profunda e coletiva com todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, aliada ao uso crítico de novas tecnologias. Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns dos aspectos que levaram à atual crise educacional, bem como provocar a reflexão sobre as transformações necessárias para a construção de uma educação justa, emancipadora e socialmente eficaz.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A educação no Brasil sempre procurou atender aos interesses de uma elite ligada ao governo, moldando-se conforme suas demandas por mão de obra. Dessa forma, as escolas mantiveram práticas pedagógicas autoritárias e disciplinares, valorizando o desenvolvimento do caráter moral do indivíduo em detrimento da formação intelectual e do domínio crítico do conhecimento.

Todas as reformas educacionais historicamente funcionaram como mecanismos de ajuste do perfil do educando às exigências do mercado e da elite dominante (CASTANHA, 2008). A educação, assim, tem sido utilizada como ferramenta para legitimar governos e medidas políticas, como ocorreu no período da Ditadura Militar, com a criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica — estratégias de controle e disseminação ideológica (COSTA, 2016).

Com o passar dos anos, tornou-se inevitável o aumento dos conflitos entre os principais envolvidos no processo de educação formal: professores e alunos. O professor, muitas vezes reduzido à condição de executor de um currículo engessado, cumpre as determinações do Estado, enquanto os estudantes, cujas ambições e aspirações educacionais não são contempladas, acabam desmotivados. Permanecem anos na escola apenas em busca de um diploma que lhes permita conseguir um emprego que assegure a subsistência mínima (RIBEIRO, 1993).

A população de baixa renda, em sua maioria residente em regiões periféricas, não enxerga a escola como uma instituição capaz de proporcionar mobilidade social ou transformação de vida, o que contribui para o desprestígio da profissão docente e a desvalorização simbólica da educação entre os setores mais humildes da sociedade (CASTANHA, 2008).

Estudos de Reis (2012) e Leite et al. (2016) mostram que os estudantes desejam uma escola voltada para o vestibular, mas, contraditoriamente, criticam as aulas conteudistas, os exercícios extraclasses e a alta complexidade dos conteúdos. Preferem, muitas vezes, aulas de artes e educação física, o que revela uma tensão entre o desejo de ascensão e a aversão ao modelo escolar vigente. Isso reforça as conclusões de Júnior & Palhares (2023), que apontam a influência da lógica neoliberal na formação dos jovens, alienando-os quanto ao verdadeiro papel da educação e reduzindo sua formação cidadã em prol de um currículo voltado para o mercado.

A escola passa, assim, a iludir os jovens com promessas de ascensão por meio do mérito individual, mesmo sem oferecer as condições mínimas para isso. As reformas educacionais aprofundam esse abismo ao priorizarem materiais didáticos tradicionalmente conteudistas e ao reduzirem a carga horária de disciplinas voltadas à formação crítica e cidadã. Soma-se a isso a ausência de investimentos em infraestrutura, recursos pedagógicos e políticas salariais que atraiam e mantenham os melhores profissionais na docência.

Essa precarização estrutural compromete a qualidade do ensino e conduz ao fracasso de muitos estudantes nos vestibulares e exames seletivos, os quais, por não compreenderem a complexidade sistêmica, acabam culpando a própria escola por seus insucessos. Esse ciclo perpetua a frustração e o desencanto com a educação pública, gerando efeitos duradouros sobre a autoestima dos alunos e a coesão social.

Coincidentemente, junto a essas mudanças estruturais e curriculares, observou-se um aumento significativo nos registros de conflitos entre professores e alunos. Um exemplo claro é a última reforma educacional, o

“Novo Ensino Médio”, cuja implementação tem sido acompanhada por um crescimento alarmante da violência contra docentes (JUNIOR & PALHARES, 2023).

Segundo os alunos, as aulas ideais devem ser dinâmicas, com conversas informais, brincadeiras, atividades recreativas e ambientes mais descontraídos e divertidos (LEITE et al., 2016). No entanto, conciliar essa expectativa com a preparação para vestibulares e o mercado de trabalho torna-se uma tarefa complexa, devido à densidade dos conteúdos exigidos em cada etapa do ensino.

A escola, como espaço privilegiado de encontro entre diferentes modos de ser jovem, precisa lidar com a diversidade de saberes e desejos que circulam nesse ambiente. Muitos estudantes não direcionam suas ambições profissionais à realização pessoal ou ao conhecimento em si, mas sim ao alcance de status sociais baseados no consumo, na estética e em ideais de felicidade artificial e efêmera. Isso torna suas pretensões educacionais voláteis e desconectadas da realidade social e econômica em que estão inseridos (ARROYO, 2004; REIS, 2012; LEITE et al., 2016).

Diante desse cenário, a escola deve assumir o desafio de se tornar significativa para seus alunos. Quando o estudante encontra sentido naquilo que aprende, há maior engajamento e dedicação aos estudos (ARROYO, 2004). Isso exige um esforço contínuo de escuta ativa e reestruturação das práticas pedagógicas.

A compreensão sobre o papel da escola também varia dentro do próprio corpo docente, o que gera contradições internas. Por isso, é essencial que os profissionais da educação tenham clareza sobre a complexidade de sua função. Ao institucionalizar projetos de futuro para os alunos, a escola corre o risco de direcioná-los para carreiras compatíveis com sua origem social, limitando suas possibilidades e reforçando desigualdades estruturais já impostas pela sociedade (REIS, 2012).

Repensar a escola atual exige mudanças profundas na forma de pensar e fazer educação. É fundamental que as instituições acompanhem as transformações do seu público e se abram à escuta de suas vozes. Mesmo carregados de contradições, os jovens precisam ser conscientes, críticos e protagonistas na construção de seus projetos de vida. A valorização de suas identidades, a apresentação de um mundo real e a abertura para diálogo são ferramentas essenciais para formar cidadãos autônomos e engajados.

Estudos apontam que o atendimento, ainda que parcial, às necessidades e interesses dos alunos é fator crucial na redução das tensões e no fortalecimento das relações entre os diferentes agentes da educação. A escuta ativa e o reconhecimento do estudante como sujeito histórico ajudam a diminuir os conflitos que frequentemente escalam para episódios de violência (ARROYO, 2004; ABRAMOVAY, 2008; LEITE et al., 2016; REIS, 2012). Esse cenário reforça a necessidade de repensar a escola como espaço de convivência, formação cidadã e emancipação social.

Um problema estrutural da educação brasileira que impede o desenvolvimento de uma escola capaz de atender aos interesses de seu público está relacionado às salas de aula superlotadas. Somadas aos desafios já mencionados, essas condições acabam por potencializar comportamentos indesejados. Muitos alunos passam a utilizar a sala apenas como espaço de socialização com colegas, tratando de assuntos alheios ao conteúdo, ignorando os comandos do professor e fazendo uso excessivo do celular. Como consequência, há a desmotivação do profissional da educação, gerando um efeito "bola de neve" que agrava ainda mais o problema. Em casos extremos, o docente prefere se ausentar do trabalho — mesmo com descontos salariais — a enfrentar o desgaste emocional de entrar em sala de aula.

Arroyo (2004) destaca que a relação entre professor e aluno é imprescindível para uma aula efetiva. O imaginário que o docente carrega sobre como o aluno “ideal” deve se comportar é, muitas vezes, fonte geradora de conflitos. Isso ocorre porque, ao tentar moldar os estudantes segundo essa imagem, o professor deixa de considerar a realidade concreta dos jovens com os quais interage. Ao contrário, é o docente que deve buscar formas de adaptação, contextualizando não apenas o conteúdo, mas também sua postura, linguagem e abordagens pedagógicas. O objetivo não é se transformar em

aluno, mas construir um espaço de diálogo e reconhecimento mútuo.

A escola exige do profissional da educação uma prática que vai muito além da formação acadêmica tradicional. No entanto, faltam políticas públicas que promovam formações continuadas eficazes, alinhadas à realidade social das instituições de ensino. As formações oferecidas muitas vezes são genéricas, desconectadas do cotidiano escolar e reforçam apenas o papel passivo do aluno, sem provocar reflexões críticas sobre as práticas pedagógicas. Isso contribui para a manutenção de um ensino descontextualizado e ineficaz.

É na escola que devem ocorrer as discussões profundas sobre o que é necessário para garantir uma educação de qualidade. Afinal, é nesse espaço que os problemas sociais emergem com força e se tornam visíveis. A compreensão dos processos históricos de exclusão social, aos quais milhões de crianças e jovens das classes populares estão submetidos, é fundamental para construir propostas educacionais efetivas e emancipadoras (MAGALHÃES & SANTOS, 2016).

Toda consequência da ausência do Estado é vivenciada dentro do ambiente escolar, pois a escola é, em muitos sentidos, a extensão da sociedade. Os estabelecimentos com maiores índices de violência contra professores geralmente estão localizados em regiões marcadas por elevados índices de violência doméstica e urbana. Vuckovic (2014), em seu trabalho, propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre educação e violência. O uso político da educação, frequentemente direcionado por interesses ideológicos, evidencia uma tendência conservadora que resiste a investimentos efetivos no setor. Tal resistência é justificada por uma retórica que destaca valores nominais de investimento, como a porcentagem do PIB destinada à educação — por vezes superior à de países como os Estados Unidos. No entanto, essa justificativa ignora que o montante por aluno no Brasil é muito inferior, revelando a má alocação de recursos e a ineficiência na gestão educacional.

A crítica aos baixos resultados educacionais, portanto, não pode desconsiderar as desigualdades estruturais que afetam diretamente o desempenho das escolas públicas, especialmente nas periferias. A insistência em reformas que ignoram essas condições aprofunda a crise e legitima o fracasso escolar como responsabilidade individual, quando, na verdade, é reflexo de um sistema desigual e excludente.

Os resultados educacionais insatisfatórios, somados ao aumento da criminalidade, inclusive dentro das escolas, têm impulsionado um movimento que se posiciona contra os investimentos em educação. Tal grupo defende que a educação não é um caminho eficaz para a redução das desigualdades sociais, propondo, em contrapartida, que os recursos públicos sejam majoritariamente direcionados à segurança pública. Entre as propostas, estão o aumento do efetivo policial, melhorias em equipamentos e reformas no Código Penal com o endurecimento das penas, como forma de controle social e desestímulo à criminalidade.

De fato, é necessário investimento em segurança. A impunidade no Brasil é alarmante: de cada cem homicídios, apenas oito são solucionados. Além disso, nosso Código Penal, datado de 1940, reflete uma realidade social completamente distinta da atual, o que exige revisões estruturais. No entanto, é essencial refletir criticamente sobre o papel complementar da segurança e da educação, compreendendo que ambas são fundamentais, mas com funções distintas. A segurança atua na contenção imediata de crimes, enquanto a educação possui caráter preventivo, formando cidadãos conscientes e críticos.

Ao analisarmos o crescimento exponencial da população carcerária nas últimas décadas e projetarmos uma perspectiva futura, observa-se um cenário alarmante: teremos mais pessoas presas do que em liberdade (VUCKOVIC, 2014). Essa tendência reflete um modelo social fracassado, que prioriza o encarceramento em detrimento da formação cidadã.

Países que apresentam os melhores índices de aprendizagem também possuem os menores níveis de violência e, coincidentemente, são os que mais investem em educação. O Brasil, embora seja o quinto país mais populoso do mundo, possui um Produto Interno Bruto (PIB) relativamente baixo. Quando comparamos o percentual do PIB investido

em educação, o país pode até parecer bem posicionado. No entanto, a análise mais justa e realista deve considerar o investimento per capita. Sob esse critério, o Brasil despenca para as últimas colocações no ranking mundial, revelando o verdadeiro panorama de subfinanciamento.

Comparando o investimento per capita em educação e os níveis de criminalidade, torna-se evidente que um sistema educacional eficiente é a chave para a redução da violência. Diversos estudiosos e pesquisas evidenciam, com dados concretos, que a melhoria na qualidade da educação é uma das ações mais eficazes para combater a criminalidade de forma duradoura e sustentável. É um investimento de longo prazo, mas com efeitos profundos na estrutura social.

Diante desse cenário, o investimento em educação deve priorizar, entre outros aspectos, a valorização dos profissionais da área. Isso inclui salários dignos, plano de carreira estruturado, condições de trabalho adequadas e formação continuada. Essas medidas não apenas atraem os melhores profissionais para a carreira docente, como também reduzem a rotatividade, o acúmulo de cargos e a sobrecarga de trabalho (JACOMINI & MINHOTO, 2015). Profissionais valorizados e bem formados são capazes de oferecer um ensino mais qualificado, com impacto direto na aprendizagem e na formação ética dos estudantes.

Além disso, é necessário ampliar o debate público sobre o verdadeiro papel da educação como pilar estruturante de uma sociedade menos desigual, mais justa e segura. A escolha entre investir em escolas ou prisões é, em essência, uma decisão política sobre o tipo de futuro que queremos construir.

Com profissionais mais bem preparados, é possível desenvolver novas estratégias pedagógicas que aumentem a eficiência do processo de ensino-aprendizagem, atingindo o que o autor Arroyo (2004) considera essencial para melhorar a relação entre professores e alunos. Um corpo docente bem formado e valorizado tende a se comprometer mais com o sucesso dos estudantes e a inovar nas práticas didáticas, promovendo ambientes mais acolhedores e motivadores para a aprendizagem.

É urgente corrigir os danos causados por décadas de políticas educacionais equivocadas e pela constante negligência nos investimentos em educação. Como reflexo desse cenário, os jovens de hoje não demonstram interesse em seguir a carreira docente — apenas 2% dos estudantes do ensino médio pretendem cursar uma graduação para atuar na educação (RATIER, 2010). Esse dado é alarmante e revela a necessidade de tornar a profissão docente mais atrativa, por meio de valorização salarial, condições dignas de trabalho e prestígio social.

Os jovens passam boa parte do dia dentro da escola, o que reforça a importância de se oferecer uma infraestrutura adequada às necessidades físicas e cognitivas dos estudantes. É fundamental que a mobília seja compatível com a faixa etária, série e etapa de ensino atendida (BELTRAME & MOURA, 2009). Além disso, o ambiente escolar precisa ser planejado para proporcionar bem-estar, conforto e estímulo ao desenvolvimento integral dos alunos.

Com o tempo, novos conhecimentos sobre o processo de aprendizagem são compreendidos, e, com isso, surgem mudanças nas propostas pedagógicas. No entanto, essas mudanças frequentemente esbarram em edificações e mobiliários defasados, que não acompanham a evolução das práticas educacionais. Muitas escolas não estão em conformidade com as normas técnicas da NBR 9050, que regulam a acessibilidade e a adaptação dos espaços físicos. É imprescindível que haja uma harmonia entre arquitetura e proposta pedagógica. É necessário projetar escolas que possibilitem flexibilidade espacial, permitindo adequações que respondam à natureza mutável da aprendizagem humana.

O mobiliário, por exemplo, precisa ser repensado. Muitas escolas atendem diferentes ciclos e, por isso, compartilham mobílias desproporcionais, o que gera desconforto físico e prejuízos à concentração. Problemas relacionados à iluminação, acústica e conforto térmico também são recorrentes. Em um país tropical como o Brasil, o calor excessivo torna insuportável a permanência prolongada em salas de aula sem climatização, exigindo a adoção de aulas invertidas. Contudo, essa abordagem evidencia outra fragilidade das escolas: a ausência ou ina-

dequação de ambientes externos para a realização de atividades pedagógicas. Todo esse desconforto interfere negativamente na atenção, motivação e desempenho dos estudantes.

A riqueza de estímulos ambientais é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. Espaços com diversidade de texturas, como vegetação, areia e terra, contribuem para a formação sensorial e intelectual dos alunos. Nesse sentido, a infraestrutura escolar deve acompanhar os avanços tecnológicos presentes na sociedade. É imprescindível que as escolas contem com recursos como lousas digitais, projetores, computadores modernos, equipamentos de som e materiais pedagógicos atualizados, garantindo um ensino alinhado às exigências do século XXI.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade social, os impactos na educação são evidentes. A carência de infraestrutura e de recursos pedagógicos de qualidade afeta diretamente as camadas mais vulneráveis da população, gerando um déficit na aprendizagem e comprometendo a equidade no acesso ao conhecimento (VUCKOVIC, 2014). Esse desequilíbrio perpetua ciclos de exclusão e limita as possibilidades de ascensão social por meio da educação.

Apesar de existirem trabalhos com testes de aprendizagem que apontam para certo "êxito" com a aplicação de algumas metodologias, é importante destacar que muitos desses estudos se baseiam predominantemente em opiniões ou percepções subjetivas, sem apresentar dados concretos que comprovem efetivamente a aquisição de conhecimento pelos alunos. Isso enfraquece o valor científico dessas propostas, que tendem a refletir o viés pedagógico dos autores, deixando em segundo plano a análise crítica dos resultados e a relevância da mensuração objetiva no processo educacional.

A ausência de evidências consistentes compromete a legitimidade de tais abordagens, dificultando sua replicação e avaliação comparativa em diferentes contextos escolares. Assim, é necessário que as pesquisas educacionais avancem na produção de dados empíricos robustos, que permitam verificar o impacto real das metodologias sobre a aprendizagem, respeitando a diversidade de contextos e perfis escolares existentes no país.

A falta de interesse por parte dos alunos muitas vezes se manifesta em atitudes de desrespeito e desacato ao professor, comprometendo não apenas o ambiente escolar, mas também a saúde mental do profissional. Em casos extremos, essa deterioração da relação em sala de aula leva educadores a se ausentarem propositalmente do trabalho ou, em situações mais graves, a exonerarem-se de cargos públicos estáveis devido ao esgotamento físico e emocional. Esse fenômeno revela o grau de desgaste a que os docentes estão sendo submetidos, e evidencia a urgência de medidas que promovam a valorização e o suporte necessário a esses profissionais.

Diante disso, é de vital importância investir de forma séria e contínua na formação docente. Os professores precisam estar preparados para lidar com realidades diversas, muitas das quais bastante distintas daquelas que experimentaram em sua própria trajetória. Esse preparo é especialmente necessário nas escolas localizadas nas periferias, onde os desafios sociais e educacionais se intensificam. É fundamental que o educador compreenda que o perfil de aluno que idealiza não corresponde à realidade concreta. A sociedade, com o passar dos anos, transforma-se, moldada por tendências culturais, econômicas e tecnológicas.

Além disso, o perfil do estudante muda não apenas com o tempo, mas também em função do território onde está inserido. Dessa forma, os professores devem estar capacitados para reconhecer e responder às demandas específicas e, muitas vezes, inéditas que emergem nas salas de aula contemporâneas. A formação inicial e continuada precisa contemplar esse dinamismo, preparando o docente para atuar com empatia, flexibilidade e competência pedagógica frente aos desafios que se apresentam diariamente no ambiente escolar.

## 3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o Brasil passou por diversas reformas educacionais que, na prática, não trouxeram mudanças significativas no sistema, tampouco aumento de investimentos. Essa realidade gera uma percepção negativa

sobre as reformas, reforçando seu uso político e causando descrença, principalmente entre os professores, que precisam adequar suas aulas às novas diretrizes. Como detentores de conhecimento mais aprofundado sobre os processos de aprendizagem, os docentes tornam-se os críticos mais contundentes dessas propostas, como ocorreu com a última reforma, aprovada durante o governo Temer, que reduziu a carga horária das disciplinas de humanas e aumentou a de exatas, reforçando um caráter conteudista e limitando as possibilidades de formação crítica dos estudantes.

Reformas que não alteram as estruturas centrais e não apresentam inovações comprovadamente eficazes perpetuam a lógica pedagógica do século XIX e mantêm os investimentos em níveis insuficientes. A reforma implementada no governo Michel Temer foi promovida com o discurso de preparar os jovens para o vestibular e para o mercado de trabalho, a fim de conquistar apoio popular. No entanto, em pouco tempo, estudantes e familiares passaram a criticar duramente essas mudanças, que ampliaram ainda mais a distância entre o ensino das escolas públicas e privadas, principalmente no acesso às universidades públicas.

A sociedade é constantemente bombardeada por representações idealizadas de felicidade e sucesso, moldadas por uma lógica neoliberal de consumo. Essa cultura elitizada e excludente, muitas vezes alheia à realidade dos estudantes da escola pública, acaba sendo reproduzida no sistema educacional. Para manter a satisfação da elite e acalmar as demandas sociais, o Estado passou a reservar vagas em universidades públicas para alunos do ensino básico público. No entanto, esse modelo acaba selecionando estudantes que melhor se adaptam às normas e padrões dessa cultura elitizada, servindo mais como uma ferramenta de controle e manutenção do status quo do que como instrumento de inclusão real.

Na prática, essa estratégia não resolve os problemas estruturais que afetam o processo de ensino-aprendizagem, mantendo os alunos das escolas públicas em desvantagem em relação aos das escolas privadas. A educação pública, assim, continua a atender apenas uma minoria que se enquadra em um perfil de aluno idealizado, reforçando o modelo colonizador de ensino. A suposta democratização do acesso ao ensino superior, por meio da disponibilização de vagas em universidades públicas ou de programas de financiamento estudantil para instituições privadas, cria uma falsa sensação de oportunidade e ascensão social. Na realidade, a maior parte das vagas permanece nas mãos da elite, enquanto os estudantes das classes populares são levados a financiar seus próprios estudos em instituições privadas que, muitas vezes, pertencem à própria elite.

Dessa forma, o Estado aparenta atender, ainda que minimamente, o sonho da população mais humilde de cursar o ensino superior. Ao mesmo tempo, enfraquece os movimentos sociais que reivindicam uma universidade pública e gratuita para todos, perpetuando um sistema que favorece a elite e mantém as desigualdades sociais.

Trata-se de um sistema muito bem estabelecido, que aliena e ilude a população com uma estética de felicidade baseada no consumo, levando os jovens a acreditarem que a formação no ensino superior é o caminho para obter salários mais altos e, consequentemente, alcançar essa suposta felicidade.

São necessárias reformas profundas, principalmente no currículo escolar, que atualmente atende aos interesses e conhecimentos culturais voltados à elite. Isso acaba por formar indivíduos moldados por uma estética de felicidade sustentada pela cultura e pelos saberes priorizados por esse grupo, em detrimento das culturas e tradições de suas origens. Essa lógica reforça práticas colonizadoras e perpetua a ilusão de uma ascensão social que, na realidade, é inviável para a maioria, uma vez que o sistema foi estruturado para atender apenas a um pequeno nicho da população.

Esse conteúdo elitizado, que não dialoga com as reais necessidades dos alunos — especialmente os das periferias —, aliado à ausência de políticas públicas que preparem esses estudantes adequadamente, provoca o afastamento da escola. Muitos não enxergam na educação um propósito claro, o que gera incoerências: ao mesmo tempo que desejam aulas voltadas para a aprovação no vestibular, rejeitam métodos conteudistas,

lições de casa e práticas mais densas.

O certificado de conclusão da educação básica torna-se, então, apenas uma formalidade — a garantia de que o jovem passará anos em um sistema de ensino com o qual não se identifica, apenas para obter um "papel" que permita competir por empregos que garantam sua sobrevivência. A faculdade, nesse cenário, é vista como uma possibilidade de ascensão social, mas, na prática, serve à elite como mecanismo de produção de mão de obra.

São indispensáveis os investimentos na educação, com o desenvolvimento de políticas públicas que envolvam todos os agentes do processo de ensino-aprendizagem. É preciso mudar as concepções de infraestrutura escolar, com edificações, mobiliário e recursos pedagógicos que garantam conforto ao estudante e estejam em harmonia com estratégias pedagógicas contemporâneas.

Também é essencial a melhoria substancial dos salários dos profissionais da educação, bem como a redução do número de aulas e da sobrecarga de trabalho. Isso evitaria o acúmulo de cargos e permitiria que os professores se dedicassem exclusivamente a uma rede, com menor número de turmas, podendo oferecer mais atenção aos alunos. Entre os benefícios, estariam a redução do estresse e a melhoria das relações interpessoais com estudantes e colegas de trabalho. Um dos grandes problemas enfrentados atualmente é o elevado número de afastamentos de professores por questões de saúde.

A criação de planos de carreira atrativos incentivaria os docentes a investirem tempo e recursos na própria formação. Muitas exonerações não acontecem por abandono da profissão, mas sim por busca de redes que ofereçam melhores condições e perspectivas de crescimento.

Todas essas mudanças são fundamentais para que a docência volte a ter prestígio social. É preciso reverter o cenário atual, em que a profissão figura entre as menos desejadas pelos jovens. A valorização atrairá bons profissionais que hoje se afastam da carreira, e com um corpo docente mais qualificado, o debate pedagógico e as estratégias de ensino ganharão qualidade, possibilitando uma compreensão mais ampla das reais necessidades dos estudantes e práticas educativas mais conectadas com suas realidades.

Os alunos poderão ter acesso a aulas mais diversificadas e atrativas, com o desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas que se adequem ao perfil da turma e de cada estudante. É fundamental que essas estratégias atendam às pretensões dos alunos, fazendo com que se sintam parte ativa do processo educativo, apropriem-se do conhecimento, atribuam significado ao que aprendem e valorizem a instituição, os professores e o ensino como um todo.

É de vital importância o investimento contínuo na formação docente, que não deve se encerrar ao final do curso de licenciatura. Considerando a constante mutabilidade da sociedade, essa formação precisa ser permanente, com encontros frequentes entre profissionais para discussão das fragilidades da escola, compartilhamento de práticas, aquisição de novas tecnologias e atualização sobre as compreensões do processo de aprender — em outras palavras, uma formação constante e colaborativa.

É imprescindível colocar em prática o que determina o artigo 205 da Constituição Federal do Brasil, promovendo a participação efetiva de todos os responsáveis pelo processo educacional. A ausência de diálogo e da participação conjunta limita a responsabilidade à unidade escolar e à família, o que reduz o alcance e a eficácia do ensino. Por isso, é necessário ampliar o diálogo com todos os envolvidos, para que o estudante valorize a instituição de ensino e se torne protagonista do próprio processo de aprendizagem, responsável por sua formação intelectual e atuante na transformação de sua realidade, em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Esses investimentos também são necessários para a aquisição de equipamentos modernos, que possibilitem à escola não apenas o uso da tecnologia, mas também a inserção efetiva dos alunos nesse universo digital, com seus constantes avanços e possibilidades. A educação precisa ser atualizada e acompanhar as inovações, pois nossos jovens devem concluir seus estudos preparados e letrados digitalmente — algo fundamental diante da realidade de muitos estudantes que não têm acesso a dispositivos

tecnológicos e ao conhecimento disponível nas plataformas digitais.

Este trabalho não esgota os estudos necessários para uma melhor compreensão do desenvolvimento da educação atual, tampouco pretende oferecer respostas definitivas. Busca, no entanto, contribuir para a análise crítica dos processos que levaram aos equívocos que marcam o cenário educacional brasileiro, assim como apontar aspectos e propor caminhos possíveis para a melhoria da qualidade da educação pública no país.

## 4.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS


Abramovay, M. Escolas e Violências. Revista Observare. Volume 4, outubro de 2008. Disponível: https://www.observatorioseguranca.org ISSN 1981-1780.

Arroyo, M. G. Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Editora Vozes. 2004.

Beltrame, M. B.; Moura, G. R. S. EDIFICAÇÕES ESCOLARES: INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR. Travessias, vol. 3, núm. 2, 2009, pp. 1-15. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel, Brasil.

Castanha, A. P. ESCOLAS NORMAIS NO SÉCULO XIX: um estudo comparativo, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.17-36, dez.2008.

COSTA, A. B. DISCURSOS SOBRE O ENSINO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA EM PERNAMBUCO: análise comparativa nas escolas Sizenando Silveira e Ginásio Pernambucano no período da ditadura militar (1972-1985). Recife MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2016.

Jacomini, M. A.; Minhoto, M. A. P. Vencimento, Remuneração e Condições de Trabalho de professores da Rede Municipal de São Paulo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1235-1259, out./dez. 2015.

Junior, L. M.; Palhares, J. M. OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O "NOVO" ENSINO MÉDIO E A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Ciência Geográfica, Bauru – SP, (4) Janeiro/ Dezembro, 2023.

Leite, F. M.; Pessoa, M. C. B.; dos Santos, D. P.; Rocha, G. F.; Alberto, M. F. P. O sentido da escola: Concepções de estudantes adolescentes. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. Volume 20, Número 2, Maio/Agosto de 2016.

Magalhães, K. C. S. M.; Santos, S. D. M. Expressões da violência na escola: relações paradoxais presentes nas publicações científicas brasileiras. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro – RJ. V. 16, N. 1, p. 161-179, 2016.

RATIER, R. Ser professor: uma escolha de poucos. NOVA ESCOLA Edição 229, 15 de Janeiro, 2010.

Reis, R. Juventudes no ensino médio: sentidos atribuídos à escola e aos planos de futuro. Revista Latitude, Maceió – AL, vol. 6, n°1, pp.131-155, 2012.

RIBEIRO, P. R. M. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO, Paidéia, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto – SP, 4, Fev/Jul, 1993.

Vuckovic, A. A CRIMINALIDADE NO BRASIL: A RELAÇÃO ENTRE A FALTA DE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES, Pós-Graduação UNIASSELVI. Acesso em:23/04/2025 às 15:00. https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-vuckovic/publication/341434363_TCC_POS-GRADUACAO_EM_DIREITO_PENAL_A_CRIMINALIDADE_NO_BRASIL_A_RELACAO_ENTRE_A_FALTA_DE_INVESTIMENTOS_EM_EDUCACAO_E_O_AUMENTO_DA_CRIMINALIDADE_PERSPECTIVAS_E_SOLUCOES/links/5ec02878299bf1c09ac0db9d/TCC-POS-GRADUACAO-EM-DIREITO-PENAL-A-CRIMINALIDADE-NO-BRASIL-A-RELACAO-ENTRE-A-FALTA-DE-INVESTIMENTOS-EM-EDUCACAO-E-O-AUMENTO-DA-CRIMINALIDADE-PERSPECTIVAS-E-SOLUCOES.pdf